

Brizola diz que sem eleição vai contestar Constituinte

SÃO PAULO — O ex-governador Leonel Brizola poderá fazer campanha para questionar a legitimidade da Constituinte se esta não aprovar eleições presidenciais diretas para 1988. A ameaça foi feita ontem para uma seleta platéia de professores e cientistas políticos, entre os quais o ex-governador Franco Montoro, presentes ao simpósio "Transição política: necessidade e limites da negociação", promovido pela Universidade de São Paulo.

"Não se pode afirmar ainda, mas a Constituinte pode nascer ilegítima se não permitir o povo votar para presidente. E eu vou avisando logo que sairei pelo país denunciando o fato", disse Brizola, que também não concorda na hipótese de um "neoparlamentarismo" hoje em discussão na Constituinte.

O ex-governador do Rio de Janeiro passou rapidamente sobre o tema principal do simpósio — a discussão sobre a possibilidade de um pacto político para ajudar na transição democrática — classificando um entendimento social, nesse momento, como "superficial". Ao entretear sua palestra com metáforas bíblicas ("o Sarney deveria fazer como Moisés em entrar na história") e ironias ("assim como Petróleo, a direita também é nossa"), Brizola teve como debatedores principais o presidente da Fiesp, Mário Amato, e o cientista político da USP Carlos Estevans Martins.

Apesar de os debatedores terem tentado fazer com que o conferencista do dia discutisse a hipótese do pacto, Brizola se recusava, bradando: "Não pode haver discussão sobre pacto algum com o salário mínimo custando 40

ou 50 dólares". Para ele, "a solução para a crise é a democratização do país através de eleições, pois estas são fundamentais em qualquer democracia".

Crise moral — O ex-governador chegou a dizer para destacar a importância das eleições num processo de transição: "Elas hoje possuem uma necessidade sociológica." Muitas vezes, dirigindo-se diretamente ao governador Montoro — que, na platéia, fazia sinais de concordância — o ex-governador do Rio deu a entender que "todo o resto" — economia e a crise social — estaria subordinada às eleições.

Sua ameaça à Constituinte, por exemplo, comporta até sua saída como candidato a presidente num regime neoparlamentarista, somente para denunciar o que considera uma manobra. "E os votos que eu obtiver significarão um repúdio a esse sistema de governo", argumentou. Para ele, o parlamentarismo no Brasil "também favorecerá as elites que há tempos vêm dirigindo o Brasil com suprema incompetência".

A despeito da discordância do presidente da Fiesp, Mário Amato, um ardente defensor do pacto social, Brizola classifica a crise econômica brasileira apenas como "de moral e competência".



Brizola

Empresários não endossam parlamentarismo de Fogaça

PORTO ALEGRE — Com muitas dúvidas sobre o que é neoparlamentarismo, cerca de cem empresários gaúchos assistiram a uma palestra do autor da proposta, senador José Fogaça (PMDB), na reunião-almoço da Associação dos Jovens Empresários. O atraso de uma hora do senador não chegou a desmotivar os novos empresários (quase todos herdeiros das maiores fortunas de Porto Alegre), embora muitos saíssem antes do final.

Numa defesa de quase uma hora do neoparlamentarismo, aprovado pela Subco-missão do Poder Executivo e pela Comissão de Organização de Poderes da Constituinte, Fogaça revelou que a duração do mandato do presidente da República torna-se secundária com a implantação do parlamentarismo. Ele confirmou que a tendência na Constituinte é pela aprovação do parlamentarismo com mandato de cinco anos para o presidente, sem direito a reeleição.

Um ex-colega de faculdade do senador, o advogado Fernando Vieiro Filho, 44 anos, mostrou-se preocupado "com a identificação do presidente Sarney e do ex-governador Leonel Brizola em defesa do presidencialismo". O senador respondeu

que "são aliados todos os que querem manter o poder como está", lembrando que, em 1947, o então jovem deputado estadual gaúcho Leonel Brizola era favorável à implantação do parlamentarismo: "Só agora é presidencialista."

Como convidado à reunião, o secretário estadual do Interior e Obras, Assis Roberto de Souza, 38 anos, quis saber quais os opositores da proposta e, segundo Fogaça, "os inimigos são os candidatos à Presidência da República e os chamados amigos do presidente, que não querem perder o acesso ao poder". Para ele, não faltarão tentativas de desmoralização do sistema, prevendo até "uma campanha poderosa por parte dos setores que estão na dependência do presidencialismo".

O presidente da Associação dos Jovens Empresários, Cláudio Riff Moreira, 30 anos, diretor da Home Engenharia, questionou a adoção do neoparlamentarismo como única alternativa para a redução do mandato presidencial. Constrangido, Fogaça afirmou que era apenas uma alternativa, admitindo que somente a convenção nacional do PMDB poderá aprovar os quatro anos, mas "a tendência da maioria é pelos cinco anos".